



## Revisão da vida toda do INSS: veja como funciona e saiba como evitar golpes

**Procurando evitar golpes, o INSS afirmou que não entra em contato com seus segurados para oferecer serviços e benefícios**

Mariana Lemos  
Brasil de Fato | São Paulo (SP) |



A revisão foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início de dezembro e é válida para quem se aposentou entre novembro de 1999 e novembro de 2019 - Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que contribuem com o órgão desde antes de julho de 1994 podem solicitar juntamente à Justiça a chamada revisão da vida toda. Com isso, o

beneficiário pode ter o valor do benefício reajustado, com base em contribuições que ocorreram antes da aprovação do Plano Real.

A revisão foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início de dezembro e é válida

para quem se aposentou entre novembro de 1999 e novembro de 2019, ano em que entrou em vigor a última reforma da Previdência.

É importante saber que, para solicitar a revisão da vida toda, o beneficiário também deve comprovar o recebimento do primeiro pagamento do INSS antes da reforma, promulgada em novembro de 2019.

Dentre os benefícios que podem ter seus valores revistos estão a aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, por deficiência, invalidez ou ainda aposentadoria especial. Pensões por morte também estão dentre os benefícios que podem ser revistos.

Para não perder dinheiro, é importante que o aposentado ou pensionista do INSS calcule minuciosamente o quanto recebe atualmente e o quanto pode vir a receber, caso a revisão seja aprovada. Vale ressaltar que as contribuições realizadas antes de 1994, ou seja, anteriores à aprovação do Plano Real, devem ser convertidas para o atual valor da moeda brasileira.

### **Como solicitar**

Por enquanto, para solicitar a revisão dos valores o beneficiário deve entrar na Justiça. Segundo o INSS, somente após a publicação da sentença do STF é que será possível realizar a solicitação por meio do sistema da Previdência Social.

Por isso, quem deseja entrar com pedido de revisão deve reunir documentos como RG, CPF, comprovante de residência atualizado, Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e documento que comprove a concessão da aposentadoria. Para contribuições

realizadas até 1981, que não estão listadas no CNIS, o beneficiário deve solicitar ao INSS a microfilmagem dos extratos antigos, para apresentar à Justiça.

Tramitam com maior agilidade no Juizado Especial Federal os processos que dizem respeito ao valor máximo de até 60 salários mínimos. Valores superiores devem ser julgados pela Justiça Federal da sua região.

### **Cuidado com os golpes**

O INSS já está alertando os beneficiários para o risco de golpes envolvendo a revisão da vida toda. Segundo informações, fraudadores estariam contatando aposentados e pensionistas por telefone, e-mail ou redes sociais se passando por funcionários do INSS, solicitando informações do beneficiário.

O Instituto afirma que não entra em contato com seus segurados para oferecer serviços e benefícios. O INSS também orienta as pessoas a não clicarem em links desconhecidos, assim como também não informarem seus dados pessoais a desconhecidos, nem enviarem fotos de documentos e senhas, sobretudo de cartões e do Portal gov.br. Caso você seja vítima de uma tentativa de golpe, a orientação é fazer um Boletim de Ocorrência.

Para entrar em contato com o INSS o segurado pode acessar o site ou aplicativo Meu INSS ou ainda ligar para o número 135, o telefone oficial do Instituto.

Edição: Rodrigo Durão Coelho

Fonte: BRASIL DE FATO

# Luiz Marinho aceita pedido de Lula e vai ocupar Ministério do Trabalho



Marinho vai ocupar Ministério do Trabalho pela segunda vez, apontam fontes ouvidas pelo RD.  
(Foto: Divulgação)

O ex-prefeito de São Bernardo e presidente estadual do PT, Luiz Marinho vai ocupar o Ministério do Trabalho no governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A informação foi confirmada por duas fontes próximas a Marinho, que já ocupou a pasta na primeira presidência petista em 2005 e trocou de ministério em 2007, quando assumiu a pasta da Previdência.

Houve um movimento das centrais sindicais CUT (Central Única dos Trabalhadores), UGT (União Geral dos Trabalhadores) e Força Sindical pressionando pela indicação de Marinho para o ministério. O ex-prefeito foi eleito deputado federal nas eleições de outubro e, se aceitar o cargo, abrirá espaço para o primeiro suplente da federação que o PT fez com o PCdoB, Orlando Silva, ocupar uma cadeira no Legislativo Federal. Silva também foi ministro de Lula.

Fontes ouvidas pelo RD, relatam que já é praticamente certa a nomeação de Marinho para o ministério, com o apoio das centrais sindicais, que foram atrás do petista, numa

costura feita pelo próprio presidente eleito, já que Marinho dizia que não pretendia assumir ministério.

Marinho e Lula são muito próximos e ambos compartilham a mesma origem política, na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Lula, então trabalhador da Villares, presidiu a entidade sindical em plena Ditadura Militar em 1.975 quando comandou greves históricas. Já Marinho foi operário da Volkswagen e presidiu o sindicato entre 1996 e 2005. Também passou pela presidência da entidade o deputado federal Vicente Paulo da Silva.

Marinho tem 63 anos, foi prefeito de São Bernardo, entre 2009 e 2016, quando foi sucedido pelo atual prefeito Orlando Morando (PSDB). Marinho foi ainda candidato a governador de São Paulo e ficou em quarto lugar com 12,66% dos votos válidos. No dia 2 de outubro o petista foi eleito deputado federal com 156,2 mil votos.

FONTE: REPORTER DIÁRIO

# Centrais propõem salário mínimo de R\$ 1.342 em 2023; aumento na renda é de R\$ 130

**Além de mais dinheiro no bolso de 60.2 milhões de trabalhadores, aposentados e beneficiários de programas sociais, com o aumento de 10,7% a arrecadação tributária teria um adicional de R\$ 53,5 bilhões**

MARCELLO CASAL/AGÊNCIA BRASIL /ARTE: ANDRÉ ACCARINI



A proposta elaborada pela CUT e demais centrais para o reajuste do salário mínimo de 2023 adicionaria cerca de R\$ 30,8 bilhões por mês à renda dos 60.2 milhões de brasileiros que recebem o piso nacional e reforçaria mensalmente os cofres com R\$ 16,2 bilhões a mais do que a proposta que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou para o Congresso Nacional.

De acordo com estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a proposta das centrais sindicais, de reajuste de 10,7% para o salário mínimo, que passaria de R\$ 1.212 para R\$ 1.342 no ano que vem, representa um acréscimo de R\$ 130 na renda de 60.2 milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem o piso nacional e não têm aumento real desde 2020. Essa proposta considera a soma do PIB de 2021 (4,6%) e a estimativa de inflação para 2022, de 5,8%.

A proposta do governo Bolsonaro prevê para 2023, quando o presidente eleito, Lula (PT), já tiver assumido a presidência da República, reajuste de 7,4%, com o salário mínimo passando para R\$ 1.302 – um aumento de apenas R\$ 90 na renda.

## Mais poder de compra e arrecadação

O estudo do Dieese mostra que a proposta das centrais sindicais poderia adicionar à renda dos brasileiros que recebem um salário mínimo por mês, mais de R\$ 100 bilhões e representaria uma arrecadação tributária adicional de mais de R\$ 53,9 bi para os cofres públicos.

Salário Mínimo Proposto: R\$ 1.342,00 10,7%			
Acréscimo no SM: R\$ 130,00			
Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$	Arrecadação Tributária Adicional - R\$
Beneficiários do INSS	24.828	41.959.524.490	22.616.183.700
Empregados	18.378	31.059.271.717	16.740.947.456
Conta-própria	12.292	19.174.884.952	10.335.262.989
Trabalhadores Domésticos	4.301	7.268.802.477	3.917.884.535
Empregadores	408	636.854.044	343.264.330
Total	60.207	100.099.337.680	53.953.543.010

Já a proposta de Bolsonaro, além de diminuir o poder de compra, representaria menos arrecadação. Com o reajuste de 7,4%, a soma total dos rendimentos seria de R\$ 69,2 bilhões e a arrecadação tributária adicional seria de R\$ 37,3 bi.

Salário Mínimo Proposto: R\$ 1.302,00 7,4%			
Acréscimo no SM: R\$ 90,00			
Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$	Arrecadação Tributária Adicional - R\$
Beneficiários do INSS	24.828	29.048.901.570	15.657.357.946
Empregados	18.378	21.502.572.727	11.589.886.700
Conta-própria	12.292	13.274.920.351	7.155.182.069
Trabalhadores Domésticos	4.301	5.032.247.869	2.712.381.601
Empregadores	408	440.898.953	237.644.536
Total	60.207	69.299.541.471	37.352.452.853

Este ano, pela primeira vez, o governo Bolsonaro, que acabou com a Política de Valorização do Salário Mínimo criada nos governos do PT, previu aumento real para o piso nacional. Em 2020 e 2021, ele apenas repôs a inflação.

Segundo o Dieese, se a política de valorização estivesse em vigor, o salário mínimo hoje seria de R\$ 1.247,91 e em janeiro de 2023 passaria para R\$ 1.381,02.

Ano	Salário mínimo no governo Bolsonaro	Valor caso tivesse sido aplicada a política de valorização do SM
Fevereiro 2020	R\$ 1.045,00	R\$ 1.061,32
Janeiro 2021	R\$ 1.100,00	R\$ 1.132,81
Janeiro 2022	R\$ 1.212,00	R\$ 1.247,91
Janeiro 2023	-	R\$ 1.381,02 (com inflação, INPC, de 5,8%)

Com a política de valorização, só entre 2003 e 2016, nos governos Lula e Dilma Rousseff, o salário mínimo teve um aumento real de 77,18%, diz o estudo do Dieese que enumera sete impactos da medida.

“A valorização do salário mínimo foi instituída a partir de 2003, e como política institucionalizada a partir de 2007”, explica a técnica do Dieese, Adriana Marcolino.

Segundo ela, essa medida era fundamental, pois o piso nacional havia sido deteriorado nas décadas anteriores, principalmente durante a ditadura militar.

“A recomposição do salário mínimo é fundamental para garantir a sobrevivência das famílias brasileiras com dignidade. E é ainda mais relevante em um momento de alta inflacionária, em que grande parte dessa elevação está localizada em preços que recaem fortemente sobre o bolso da população mais pobre, como no caso dos alimentos”, afirma Adriana.

### **Resultados da política de valorização do salário mínimo**

. Enorme alcance da política: pessoas que recebem 1 SM como assalariados, servidores, beneficiários da Previdência e de outros benefícios sociais (Abono, BPC)

. A elevação do piso nacional contribuiu para reduzir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, negros e não negros, entre regiões.

. Impacto positivo sobre os reajustes dos pisos salariais das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

. O salário mínimo é referência para salários dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada.

. O salário mínimo está em um patamar maior do que nos anos 1990, 2000, 2010, do que ao período anterior à atual Constituição de 1988 - ou seja, a política de valorização surtiu efeito.

. O SM tem relação direta com a despesa pública via piso dos benefícios previdenciários e sociais, e com os vencimentos de servidores públicos. No entanto, parte do aumento retorna através da arrecadação tributária.

. O peso das despesas obrigatórias e com juros da dívida reduz a margem para investimentos que são necessários para estimular a economia e a geração de empregos.

O estudo diz ainda que a política de valorização do salário mínimo é reconhecida como um dos fatores mais importantes para o aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial na história do país.

Diz também que estabeleceu, ao mesmo tempo, uma regra permanente e previsível, promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, com referência, para os aumentos reais, no crescimento da economia.

A valorização do SM induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira, diz o Dieese.

Com o fim da política de valorização do SM, em uma conjuntura de inflação alta, quando há o repasse anual da inflação passada, sem aumento real, as consequências são:

1) Enquanto a inflação aumenta mensalmente, o SM real vai ficando menor, o que reduz o poder de compra - que somente será recuperado lá na frente, na reposição da inflação. O aumento real ameniza essa situação.

2) Mesmo com a reposição da inflação, houve uma perda de poder de compra frente aos alimentos, que tiveram um aumento considerável e pesam muito no orçamento familiar da classe trabalhadora.

**FONTE: CUT - Marize Muniz | Editado por: André Accarini**

# Projeto que ameaça direito de greve dos bancários volta à pauta

**Categoria é convocada a pressionar deputados a não votar contra retirada de direitos e a ocupar as redes sociais com a hashtag #GreveÉDireito**



O Projeto de Lei (PL) 817/2022, que ameaça o direito de greve da categoria bancária, ao alterar a Lei 7.783 de 1989 (Lei da Greve) e definir os meios eletrônicos de pagamentos e transferências bancárias como serviço essencial, está na pauta de votação desta quarta-feira (14) da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. O mesmo PL já havia sido pautado na semana passada, mas foi retirado após pressão da representação sindical da categoria.

“Este projeto é extremamente prejudicial à categoria, pois afeta a correlação de forças na mesa de negociação com os bancos”, alertou o secretário de Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da tramitação de temas de interesse da classe trabalhadora no Congresso Nacional.

Para Jefão, o texto original já era “pernicioso”, mas se tornou ainda pior depois que o relator,

deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), acolheu uma emenda do deputado Eli Corrêa Filho (União/SP), que praticamente extingue o direito de greve da categoria bancária. “Na semana passada havíamos acordado com o presidente da CTASP, deputado Leônidas Cristino (PDT/CE), que o projeto seria retirado de pauta para que houvesse o devido debate com a sociedade. Fomos surpreendidos com a recolocação do mesmo na ordem do dia da comissão”, disse.

Mobilização

“É muito importante que as entidades sindicais e toda a categoria se mobilize e pressione os membros da Comissão. Liguem para seus gabinetes e acessem suas redes sociais para pedir que o projeto não seja votado nesta quarta e para que o presidente da comissão promova o debate sobre o tema, com a realização de audiências”, disse o representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região no grupo de acompanhamento da agenda legislativa das centrais sindicais no Congresso Nacional, Alexandre Caso. “A audiência pública pode mostrar aos parlamentares, de forma muito clara, que proibir greve na categoria bancária não faz o menor sentido, porque o trabalho bancário não é um trabalho essencial e não se pode torná-lo essencial por meio de uma lei”, completou.

Jefão também orienta que bancárias e bancários acessem a enquete da Câmara sobre o PL e digam que discordam totalmente do projeto e, nesta quarta-feira (14), das 8h às 9h, participem de um tuitaço com a hashtag #GreveÉDireito.

Além de acessar o site da Câmara para mostrar sua discordância do projeto, Jefão pede para que a categoria e toda a classe trabalhadora fiquem atentas à atuação dos deputados. “Não é a primeira vez que estes parlamentares apresentam projetos que prejudicam a classe trabalhadora. A categoria precisa estar atenta a isso e, quando chegar as eleições, não votar e pedir para que seus familiares e conhecidos não votem nestes candidatos, que atuam contra os trabalhadores”, pontuou.

**Pressão neles  
Reunião da Comissão de Trabalho, de  
Administração e Serviço Público**  
Dia 14/12/2022, a partir das 10h  
Relator do projeto  
Deputado Augusto Coutinho  
E-mail: dep.augustocoutinho@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5314  
Twitter: @dep\_acoutinho  
Presidente da CTASP  
Deputado Leônidas Cristino  
E-mail: dep.leonidascristino@camara.leg.br  
Telefone: (61) 3215-5948  
Twitter: @joseleonidas

Fonte: CONTRAF

## Transição conclui diagnósticos e traz capítulo com ‘revogação’ de ações do atual governo

**Nos últimos 30 dias, 32 grupos e dois conselhos reuniram informações relevantes para a transição e traçaram propostas para Lula, inclusive de revogação de medidas de Bolsonaro que travaram o país**

Ricardo Stuckert



Os grupos de trabalho do Gabinete de Transição encerraram hoje (13) o processo de diagnóstico da situação do Estado brasileiro. Nos últimos 30 dias, 32 grupos e dois conselhos reuniram informações relevantes e traçaram propostas para o primeiro período do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mais de 900 profissionais de diferentes áreas desempenharam este papel. A grande maioria deles, voluntários. O gabinete indicou 22 dos 50 cargos que poderiam ser remunerados. Eles entregaram uma série de relatórios entre domingo (11) e hoje. Entre as ações previstas, 23 páginas de “revogação” de atos de Bolsonaro, disse o coordenador dos grupos, Aloizio Mercadante.

O coordenador do gabinete e vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), comemorou a grande participação popular neste processo. “Trabalhamos em uma transição democrática e participativa. Foram cerca de mil colaboradores. Na realidade, se contar a participação à

distância, foram mais de 5 mil pessoas que deram suas contribuições voluntárias”, disse.

### Comparações

Alckmin destacou que este processo transcorreu da mesma forma como foi toda a campanha. “Dizíamos que não se faz uma campanha democrática em cima de motocicleta, fazendo motociata. Nós fizemos campanha ouvindo, conversando. Lula percorreu o Brasil e ouviu a sociedade civil”, disse.

O vice-presidente também destacou diferenças entre o atual processo de transição e o tocado por Bolsonaro em 2018. “Se compararmos com o governo que está saindo, ele teve 233 participantes na transição. Tivemos mais de 5 mil. Mas eles nomearam 43 cargos. Nós nomeamos 22. Tivemos metade do gasto e participação muito maior. É um compromisso social com nosso país”, explicou.

### Relatórios

O coordenador dos grupos de trabalho, Aloizio Mercadante, destacou a riqueza dos relatórios apresentados. Embora os grupos temáticos já tenham realizado exposições durante a última semana, Aloizio lembra que alguns dados são sigilosos. Contudo, a relevância dos documentos já é evidente, de acordo com o coordenador e futuro presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Lula vai subir a rampa e vestir a faixa pela terceira vez. Os relatórios finais são riquíssimos.

É o melhor ponto de partida possível para o início da gestão. Conseguimos recolher um diagnóstico muito preciso”, disse Mercadante.

Primeiramente, o governo trabalhará para sanar os problemas mais imediatos, argumentou. “Quem está pagando o apagão fiscal nesse país são os pobres. Pessoas que precisam de políticas públicas de qualidade. Mas eles estão pagando. A situação é difícil, mas os diagnósticos são muito precisos. Quem viu o que nós vimos sabe da situação”, disse.

### **Revogação em massa**

De acordo com Mercadante, os relatórios serão encaminhados para os futuros ministros. Então, caberá a eles, em conjunto com Lula, a tomada de decisões concretas. Entre as medidas a serem adotadas, estão suspensões de atos do atual presidente. “Só de revogação temos 23 páginas. Passamos por uma peneira fina. Tudo isso, agora, vai para os novos ministros”, disse.

### **Resultados**

A presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), disse que o trabalho dos GTs é essencial. “As pessoas esperam resultados já no ano que vem”, disse. Contudo, para que estes resultados saiam do papel, Gleisi defendeu a necessidade da aprovação da PEC da Transição. Segundo a deputada, a matéria não significa irresponsabilidade fiscal, ao contrário. “Não posso me conformar com o que ouço de mercado de que a manutenção do Estado é uma ganância, um absurdo. Aonde estavam essas pessoas quando Bolsonaro gastou mais de R\$ 800 bilhões e não estruturou nenhuma política pública para melhorar a vida das pessoas?”

Por fim, Gleisi destacou a importância da participação de movimentos sociais e sindicatos para a boa utilização destes recursos. “O Estado tem que servir para as pessoas (...) Constituímos conselho com mais de 50 entidades que representam movimentos sociais, populares e sindicatos. O governo Lula sempre teve participação. Agora querem isso e mais, ir além. Fortalecer a participação de movimentos populares nos processos decisórios do governo”, disse.

Por fim, a presidenta deixou uma mensagem

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

de esperança. “Terminamos uma fase para iniciar uma bem maior. Então, serão quatro anos que vão mudar esse país, mudar para melhor a vida das pessoas.”

### **Participação popular**

Antes da cerimônia de encerramento dos GTs, Lula fez uma reunião com o Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição. Alckmin e Gleisi também participaram, além de integrantes de movimentos sociais e sindicatos que integram o grupo. Lula defendeu, como apontou Gleisi, a necessidade de ampliar a participação popular no governo, para além do que já foi feito em seus mandatos anteriores.

“Não teria outro sentido em voltar a ser presidente da República se não fosse para fazer melhor do que foi feito na primeira vez. Tivemos uma experiência exitosa. Houve uma participação popular muito ativa. Além das 74 conferências nacionais que nós fizemos, tivemos centenas de reuniões de conselhos que discutiram todos os assuntos. Temos que voltar a fazer”, disse o presidente eleito.

Para firmar compromisso com suas palavras, Lula defendeu a manutenção do Conselho para além do período de transição. “De tempos em tempos, fazer uma reunião com vocês e fazer uma avaliação de como a coisa está indo. Esse conselho precisa perdurar para a gente se reunir”, disse.

Na reunião, Lula reafirmou que tem três prioridades para seu governo: combate à fome, educação básica e acesso às especialidades no Sistema Único de Saúde. “Eu quero assumir compromisso público com essa prioridade da saúde e quero assumir compromisso público com o ensino básico desse país”, disse.

“Nós precisamos fazer um mutirão para melhorar o ensino básico nesse país. Vamos fazer um esforço muito grande para fazer escola de tempo integral, que além de permitir que a criança estude mais, vai diminuir a violência nas periferias porque elas estarão menos expostas”, finalizou.

**FONTE: Gabriel Valery, da RBA**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF